

Autonomia plena

6 JUN 1987

O povo de Brasília corre o risco de ver seu sonho de autonomia frustrado. As alterações introduzidas pelo relator da Comissão de Organização do Estado, se aprovadas impediriam a verdadeira autonomia do Distrito Federal e representariam um engodo à opinião pública.

O relatório em questão mantém eleições para governador e para uma assembleia legislativa, mas esvazia de poderes tanto o Executivo local como também o Legislativo a serem escolhidos pela população do Distrito Federal. Trata-se de uma manobra em que se procura enganar os eleitores levando-os às urnas, conforme promessa solene da Aliança Democrática, mas atribuindo aos eleitos apenas papéis figurativos.

O mais importante é que o principal interessado, a população de Brasília, não foi em nada consultada. Existem problemas em relação à autonomia do DF que devem ser mais profundamente debatidos, sobre os quais os cidadãos devem ser ouvidos. Nada disto ocorreu e nem parece ser intenção dos ilustres membros da Comissão de Organização do Estado fazê-lo.

As questões ainda não suficientemente esclarecidas são relativas à data da eleição, à duração do mandato dos primeiros eleitos e à questão de que se deve ou não haver municípios depois de conquistada a autonomia.

A verdade é que os compromissos da Aliança Democrática com o DF foram de tal forma solenes que hoje não é fácil um recuo. Tancredo Neves mais de uma vez afirmou à população da cidade que era favorável à nossa plena autonomia. O presidente Sarney assumiu todos os compromissos daquele que encabeçou a chapa eleitoral em que foi vitorioso. Voltar atrás agora seria romper compromissos públicos e solenes. Esca-

motear o conteúdo da proposta seria ainda mais grave. A Nova República deve ao povo de Brasília uma autonomia real e plena.

Não é aceitável que legisladores de outras unidades da federação tentem frustrar as legítimas aspirações de nossa população. Aprovar uma autonomia apenas formal é pior que assumir claramente as teses daqueles que mantiveram a população da capital da República sob tutela, numa verdadeira minoridade política, até a presente data. Os inimigos declarados de nossa autonomia têm pelo menos a coragem de assumir os ônus de suas posições. Com argumentos absolutamente sem sentido querem afastar os destinos da capital do controle daqueles que aqui vivem, trabalham e constroem a grandeza de uma cidade que é prestigiada no mundo inteiro.

O velho e surrado argumento de que sendo aqui a capital da República não se poderia correr o risco de termos, em âmbito local, um poder que não comungue os mesmos ideais do poder central é completamente impertinente. Muito maior «ameaça» a um presidente da República seria um governador hostil em unidades maiores e mais poderosas, como por exemplo São Paulo. A democracia é diversidade. Uma Constituição serve para definir o âmbito de competência dos poderes em diferentes níveis. Impedir que o povo do DF possa orientar seus destinos urbanos é uma violação que a Nova República prometeu não perpetuar. Espera-se que os constituintes assumam seus compromissos. De nossa parte, o Jornal de Brasília mantém a postura assumida nos últimos quinze anos, favorável à plena autonomia administrativa e política do Distrito Federal.